

Luiz Carlos Avila Junior

Coordenador

Ana Flávia da Silveira e Jussara Ribas Avila

Organizadoras

CONSTITUIÇÃO E DIREITOS

Sob o Prisma dos Mecanismos de Proteção e Efetividade

Apresentação de Renato Felipe de Souza

Prefácio de Pedro Trovão do Rosário

Colaboradores:

Ana Carolina Dias dos Santos	Júlia Scholz Karl
Ana Flávia da Silveira	Júlio César Ribas Boeng
Andréa Rodrigues Seco	Jussara Ribas Avila
Bruna Pereira	Karla Christiani Sodré de Souza
Bruno Fellipe dos Santos	Luis Octávio Outeiral Velho
Bruno Magno Herculano Medeiros	Luiz Carlos Avila Junior
Byanca Souza Mattos	Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza
Cláudio Cupertino	Nara Pinheiro Reis Ayres de Brito
Daniel Blume Pereira de Almeida	Natália Maria Mendes Rabello
Daniela da Silveira Soares	Oswaldo João Ranzi
Elaine Gonçalves Weiss de Souza	Patrícia Possatti Ferrigolo
Felipe Socha Cordeiro	Pedro José Alcantara Mendonça
Fernando Laélío Coelho	Rafael Machado
Fernando Teles Matias	Rafael Padilha dos Santos
Francini de Souza Teixeira	Rodrigo Edson Castro Avila
Gizele Luzia de Mello de Freitas	Sandro Rogério Balbino
Hellen dos Santos Costa	Tainá Fernanda Pedrini
Ilan Bortoluzzi Nazário	Thainara Nascimento dos Santos
João Nunes Borges	Vivianne Rodrigues de Melo
Josemar Soares	

Curitiba
Juruá Editora
2022

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
 e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-944-0

JURUA
 EDITORA

Brasil R. Flávio Dallegrave, 7.665 São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900
 CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600
 Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

C758 Constituição e direitos: sob o prisma dos mecanismos de proteção e efetividade./ coordenação de Luiz Carlos Avila Junior; organização de Ana Flávia da Silveira, Jussara Ribas Avila./ Curitiba: Jurua, 2022. 496p.; 21cm

Vários colaboradores

1. Direito constitucional. 2. Direitos fundamentais.
 I. Avila Junior, Luiz Carlos (coord.). II. Silveira, Ana Flávia da (org.). III. Avila, Jussara Ribas (org.)

CDD 347 (22.ed)
 CDU 347.9

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

- 1 PODER JUDICIAL COMO AUTORIDADE DELIBERATIVA..... 19**
JUDICIAL POWER AS A DELIBERATIVE AUTHORITY
Luiz Carlos Avila Junior
- 2 O DIREITO À MORADIA À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA –
 UM RECORTE ACERCA DA POPULAÇÃO TRANS..... 31**
*THE RIGHT TO HOUSING FOR THE STREET POPULATION – A CUTTING
 ABOUT THE TRANS POPULATION*
Ana Flávia da Silveira / Bruno Fellipe dos Santos
- 3 MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS
 SOB TUTELA CONSTITUCIONAL 45**
*FAMILY MEDIATION AS A PEACEFUL RESOLUTION OF CONFLICTS
 UNDER CONSTITUTIONAL GUARDIANSHIP*
Jussara Ribas Avila
- 4 O DIREITO CONSTITUCIONAL À PROTEÇÃO DE DADOS COMO PRO-
 TEÇÃO AOS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS: UMA ANÁLISE À LUZ DO
 ENTENDIMENTO DO STF E DA CRFB/1988..... 61**
*THE CONSTITUTIONAL RIGHT TO DATA PROTECTION AS PROTECTION
 TO DEMOCRATIC PRINCIPLES: AN ANALYSIS IN LIGHT OF THE
 UNDERSTANDING OF THE STF AND CRFB/1988*
Ana Carolina Dias dos Santos
- 5 DIREITO AO ESQUECIMENTO E A NORMATIVA EUROPEIA E BRA-
 SILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS – UMA ANÁLISE ACERCA DA
 INTERLIGAÇÃO DOS DIREITOS PROTEGIDOS..... 81**
*RIGHT TO BE FORGOTTEN AND THE EUROPEAN AND BRAZILIAN DATA
 PROTECTION RULES AN ANALYSIS ABOUT THE INTERCONNECTION
 OF PROTECTED RIGHTS*
Andréa Rodrigues Seco

14 Luiz Carlos Avila Junior (Coord.) / Ana F. da Silveira e Jussara R. Avila (Orgs.)

- 6 A INCONSTITUCIONALIDADE DA NORMA QUE RETIRA O DIREITO ADQUIRIDO À ISENÇÃO CONCEDIDA EM CARÁTER INDIVIDUAL 101**
THE UNCONSTITUTIONALITY OF THE RULE THAT REMOVES THE RIGHT PURCHASED TO THE EXEMPTION GRANTED IN AN INDIVIDUAL CHARACTER
Bruno Magno Herculano Medeiros / Natália Maria Mendes Rabello
- 7 O RECURSO DE AMPARO CONSTITUCIONAL EM PORTUGAL 123**
THE CONSTITUTIONAL SUPPORT APPEAL IN PORTUGAL
Byanca Souza Mattos
- 8 OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS AUTISTAS: DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL À FELICIDADE 141**
THE AUTISTICS FUNDAMENTAL RIGHTS: FROM THE FEDERAL CONSTITUTION TO HAPINESS
Daniel Blume Pereira de Almeida / Vivianne Rodrigues de Melo
- 9 A EUTANÁSIA E A ARMADILHA DO REDUCIONISMO ÉTICO..... 165**
EUTHANASIA AND THE TRAP OF ETHICAL REDUCTIONISM
Daniela da Silveira Soares
- 10 O DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA COMO O MÍNIMO EXISTENCIAL FRENTE À PENHORA DO ÚNICO IMÓVEL NA EXECUÇÃO FISCAL..... 183**
THE FUNDAMENTAL RIGHT TO HOUSING AS THE MINIMUM EXISTENTIAL AGAINST THE PLEDGE OF THE SOLE PROPERTY IN THE TAX EXECUTION
Elaine Gonçalves Weiss de Souza
- 11 A GARANTIA CONSTITUCIONAL À SAÚDE E A INTERVENÇÃO JUDICIAL SOBRE ALOCAÇÃO DE RECURSOS 207**
THE CONSTITUTIONAL GUARANTEE TO HEALTH AND JUDICIAL INTERVENTION ON THE ALLOCATION OF RESOURCES
Fernando Laélío Coelho
- 12 A ADVOCACIA COMO PILAR GARANTE DO ESTADO DE DIREITO 225**
ADVOCACY AS A PILLAR OF THE RULE OF LAW
Fernando Teles Matias / João Nunes Borges

- 13 APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA NOS CASOS DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA 243**
APPLICATION OF THE MARIA DA PENHA LAW IN CASES OF VULNERABLE RAPE IN THE LIGHT OF HOMELAND JURISPRUDENCE
Francini de Souza Teixeira / Rafael Machado / Tainá Fernanda Pedrini
- 14 MAIS DE TRINTA ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: FOI O SUFICIENTE PARA A POPULAÇÃO CONHECÊ-LA? 263**
OVER THIRTY YEARS OF THE FEDERAL CONSTITUTION: WAS IT ENOUGH FOR THE POPULATION TO KNOW IT?
Gizele Luzia de Mello de Freitas
- 15 O ATIVISMO JUDICIAL COMO VIA DE MATERIALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SOCIAIS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO 275**
JUDICIAL ACTIVISM AS A ROUTE OF MATERIALIZATION OF FUNDAMENTAL AND SOCIAL RIGHTS IN THE DEMOCRATIC STATE OF LAW
Hellen dos Santos Costa
- 16 A RECEPÇÃO DO POSITIVISMO JURÍDICO DE HANS Kelsen NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA DO SÉCULO XX 297**
THE RECEPTION OF HANS Kelsen'S LEGAL POSITIVISM IN BRAZIL AND ITS REFLECTIONS TO THE BRAZILIAN CONSTITUTIONAL JURISDICTION OF THE 20TH CENTURY
Júlia Scholz Karl / Thainara Nascimento dos Santos
- 17 A DESORGANIZAÇÃO CONSTITUCIONAL IMPOSTA À NAÇÃO BRASILEIRA PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA 313**
THE CONSTITUTIONAL DISORGANIZATION IMPOSED ON THE BRAZILIAN NATION TO FACE THE PANDEMIC
Júlio César Ribas Boeng / Bruna Pereira
- 18 HABEAS CORPUS COLETIVO COMO INSTRUMENTO DE CONCRETUDE DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: LIMITES E POSSIBILIDADES.... 343**
HABEAS CORPUS COLLECTIVE AS AN INSTRUMENT FOR THE CONCRETE OF FUNDAMENTAL RIGHTS: LIMITS AND POSSIBILITIES
Karla Christiani Sodr e de Souza / Felipe Socha Cordeiro

- 16 Luiz Carlos Avila Junior (Coord.) / Ana F. da Silveira e Jussara R. Avila (Orgs.)
- 19 O MANDADO DE SEGURANÇA COMO INSTRUMENTO DE DEFESA DAS PRERROGATIVAS DO ADVOGADO**359
THE WRIT OF MANDAMUS AS AN INSTRUMENT OF DEFENSE OF THE LAWYER'S PREROGATIVES
Luís Octávio Outeiral Velho
- 20 SUSTENTABILIDADE E PRODUÇÃO DO DIREITO EM TEMPOS GLOBALIZADOS: RESPONSABILIDADE ÉTICA E CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS**.....371
SUSTAINABILITY AND PRODUCTION OF LAW IN GLOBALIZED TIMES: ETHICAL RESPONSIBILITY AND TRANSNATIONAL CORPORATIONS
Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza / Josemar Soares
- 21 A AÇÃO AFIRMATIVA DE COTAS DE GÊNERO ELEITORAL E A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL CONTRAMAJORITÁRIA COMO INSTRUMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE MATERIAL NO SISTEMA COMPLEXO POLÍTICO ELEITORAL**391
AFFIRMATIVE ACTION OF ELECTORAL GENDER QUOTAS AND THE CONSTITUTIONAL JURISDICTION AGAINST MAJORITY AS INSTRUMENTS FOR THE CONSOLIDATION OF THE PRINCIPLE OF MATERIAL EQUALITY IN THE COMPLEX ELECTORAL POLICY SYSTEM
Nara Pinheiro Reis Ayres de Britto / Cláudio Cupertino
- 22 A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DAS NORMAS EM FACE DE SUA DISTORCIDA INTERPRETAÇÃO**413
THE (UN)CONSTITUTIONALITY OF RULES IN VIEW OF THEIR DISTORTED INTERPRETATION
Oswaldo João Ranzi / Sandro Rogério Balbino
- 23 FRENTE AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS O OFERECIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA É MERA FACULDADE DO CONSELHEIRO SINDICANTE OU CORREGEDOR?**433
IN VIEW OF THE CONSTITUTIONAL PRINCIPLES, OFFERING THE CONDUCT ADJUSTMENT AGREEMENT IS A MERE FACULTY OF THE UNION COUNSELOR OR INSPECTOR?
Patrícia Possatti Ferrigolo

24 DO PARADIGMA ATUAL DA MIGRAÇÃO E DA PROTEÇÃO DO MI-GRANTE: DA <i>SOFT LAW</i> E DO DIREITO TRANSNACIONAL.....	445
<i>CURRENT PARADIGM OF MIGRATION AND MIGRANTS PROTECTION: SOFT LAW AND TRANSNATIONAL LAW</i>	
<i>Pedro José Alcantara Mendonça / Ilan Bortoluzzi Nazário</i>	
25 CRISE HUMANITÁRIA COM REFUGIADOS VENEZUELANOS E O DI-REITO À MORADIA	463
<i>HUMANITARIAN CRISIS WITH VENEZUELAN REFUGEES AND THE RIGHT TO HOUSING</i>	
<i>Rafael Padilha dos Santos / Rodrigo Edson Castro Avila</i>	
ÍNDICE REMISSIVO	479